

"E PARA SEPULTURA DE TANTOS CORPOS NÃO SE HÁ CEMITÉRIO BASTANTE": A CRIAÇÃO DOS ESPAÇOS FUNERARIOS PARA ESCRAVOS NO BRASIL COLONIAL

Izabela Pereira de Lima[1]
Lucas Alves da Rocha[2]

Introdução

A morte é um dos temas que provoca um estado de ambivalência no ser humano, a curiosidade e o medo crescem de forma singular, mas muitas vezes a primeira se sobressai sobre o segundo de forma que os temores são submersos nas ondas da curiosidade em conhecer mais sobre a morte.

Diversas são as áreas dentro das ciências humanas que se debruçam sobre esse tema, tentando compreender como as sociedades veem a morte e o morrer, seja no presente ou no passado distante. Diferentes pesquisadores dedicaram e muitos ainda dedicam seu tempo para compreender, registrar e divulgar as atitudes humanas diante do ultimo grande fenômeno natural na vida do ser vivo.

O presente trabalho é um mergulho na temática da morte e do morrer no Brasil colonial, tema bem trabalhado por autores que serão citados no decorrer do texto, sejam historiadores ou arqueólogos, às informações trazidas a toma nos mostra uma gama de situações e fenômenos heterogêneos no morrer, focando-se principalmente na situação dos escravizados, esses que muitas vezes, foram relegados a um esquecimento, que nas ultimas décadas vem ganhando destaque graças às pesquisas realizadas em diversas áreas.

As constituições primeiras e a "quase" boa morte aos escravos

No final do século XVII e inicio do XVIII, a sociedade colonial vivia pequenas mudanças no amago das pessoas, apesar dos diversos preconceitos vigentes, algumas ações relacionadas a determinados grupos começaram a ganhar mais força, inclusive ligadas aos índios e escravos.

[1] Mestra em Arqueologia, UFPE. E-mail: izabelapereiradelima@hotmail.com
[2] Mestrando em arqueologia, UFPE. E-mail: Lucas-alves170@hotmail.com



Esses últimos, objeto de estudo do presente trabalho, não possuía regalias ou cuidados, muitas vezes sendo tratados de forma igual ou pior que animais. Tais ações começaram a indignar certos clérigos, pois na visão da igreja os escravos eram seres vivos e o ato que era cometido tanto em vida como em morte a eles eram hediondos.

Baseando-se nisso, Dom Sebastião Monteiro Vide, então Arcebispo da Bahia começou a confeccionar, em conjunto com outros religiosos, um dos mais importantes tomos ligados à religiosidade católica do Brasil colonial, as constituições primeiras do arcebispado da Bahia, orginalmente publicado em 1707, ditava as bases para os bons cristãos, entre os diversos assuntos, os religiosos dedicaram atenção especial ao batismo, extrema-unção e aos enterros dos escravos. (VIDE, 1857)

Os enterros eram parte importante, pois era a etapa final da “boa morte”, além da confissão, do testamento e de outras etapas, o local de descanso, era de forma imperativa, o mais importante. Mas ao confrontar os dados históricos com alguns trabalhos arqueológicos que mais a frente serão mencionados, percebeu-se que a “boa morte” era para alguns, em sua maioria os escravos, mesmo batizados tinham “quase boa morte”, ou seja, um tratamento católico na hora de morrer, mas sem muito dos direitos que os mais abastados tinham, e no local do enterro, isso era deixado de forma mais clara.

Vendo algumas transgressões cometidas a Bahia, Vide (1857: 295) alegou que “*algumas pessoas esquecidas não só da alheia, mas da propria humanidade, mandão enterrar os seus escravos no campo, e no matto, como se forão brutos animais (...)*”, vendo essas ações contra escravos batizados, os paroquiais poderia em casos graves, cobrar uma multa ou até mesmo a “*excommunhão maior ipso facto incurrenda*” dos senhores dos escravos.

É interessante notar a presença das irmandades, confrarias, não só elaboradas pelos “homens brancos”, mas dos negros e pardos, como uma forma de preservar certos ritos como de fornecer aos seus irmãos um direito de uma boa morte. (REIS, 2012; LIMA; ROCHA, 2019). Um exemplo disso encontrasse no testamento feito em 1763 de Teresa Afonso, escrava fora, que descreve entre tantas informações as irmandades que era irmã e exigiu que seus testamenteiros



cumprissem o desejo que seu corpo fosse sepultado na igreja dos homens pretos do Recife[3].

E os escravos não batizados? Esses eram tratados de forma bem diferente, o titulo LVII das constituições, descreve de forma clara os que estavam proibidos de receber tumulo em solo santo, isso é, na igreja, no adro ou no cemitério:

> (...) Judeos, Hereges, seismaticos, apostatas, blasfemos, aos que entrão em desafios publicos, ou particulares; manifestos usurarios; manifestos roubadores; publicos excommungados; religiosos professos (...)que tem bens proprios contras as regras de sua religão, e os que não quizeram renunciar; aos infieis e pagãos; A´s crianças, que não forem baptizadas (VIDE, 1857: 299-301).

Os escravos que viviam ainda em sua fé original, eram tratados como pagãos, seus corpos muitas vezes eram descartados em locais esmos ou em valas coletivas, mas até mesmo os negros ditos “batizados”, poderia sofrer ação similar, ao observar requerimentos, ofícios e outras cartas no Arquivo ultramarino, os adros das igrejas eram o local onde eram enterrados, além da população livre mais pobre, também eram sepultados os corpos dos escravos menos abastados ou até mesmo os que não tinham associação com irmandades.

É interessante ver as pesquisas arqueológicas realizadas em diversos estrados que mostram, como muitos escravos eram depositados nestes locais, de forma muitas vezes brutas, em valas comuns dentro dos cemitérios ou até em situação pior, com base nisso abordaremos alguns casos a serem conhecidos dentro do contexto do Brasil colonial e império.

Os “cemitérios sagrados” para escravos: Estudos de casos

O conceito do termo de “cemitério” no Brasil colonial é alvo de discursão de alguns pesquisadores, principalmente dentro da arqueologia brasileira, mas como diversos autores[4] mostraram a presença dos campos santos antes do século XIX, também utilizaremos o termo, que inclusive é registrado nos documentos aqui mencionados.

[3] Esse testamento faz parte da pesquisa de mestrado de Filipe Matheus Marinho de Melo, Agradecemos aqui por ter tão generosamente disponibilizado tamanha fonte, como apontado algumas leituras sobre o tema.

[4] Sobre essa temática, os presentes autores elaboraram um trabalho sobre a possível primeira menção do conceito no Brasil, principais casos registros historicamente e arqueologicamente, ver LIMA; ROCHA, 2019 *no prelo*.



1) Rio de Janeiro

Ao falar da história dos cemitérios no Brasil, devemos mencionar o Rio de Janeiro, pois encontramos os diversos casos e estudos, como por exemplo, os trabalhos elaborados por Claudia Rodrigues sobre o morrer no Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX, especialmente dando ênfase a presença de cemitérios a partir da segunda metade do século XVIII e as praticas funerárias relacionadas aos escravos.

Aproveitando todo embasamento feito por essa autora, apontaremos dois casos encontrados entre os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino: O primeiro está registrado em um ofício de 18 de março de 1710[5], apesar de o ocorrido ter acontecido em 2 de agosto de 1709, no qual um grupo "*dos negros dos religiosos do Carmo*" impediu o enterro de um negro no cemitério "*que fica defronte aos religiosos de nossa Senhora do Carmo*", que alegava ser da ordem, mas os mesmos foram alertados que por ordem do Rei que "*Não haja cemitérios particulares e que todos sejam comuns*.", ou seja, os cemitérios existentes deveriam ser para "todos". Provavelmente esse cemitério se localizava como o documento aponta defronte a igreja de N. S. do Ó, "(...) a qual mais tarde viria a ser a chamar terreiro do Carmo, atual praça XV" (PEREIRA. 2007, p.33)

O segundo caso inicia-se em 1722[6], uma carta descreve a necessidade se fazer um cemitério para enterrar os negros, pois na cidade do Rio existiam mais de "*mil negros (...) de Angola e da costa da Mina, e ainda da Bahia e de Pernambuco*.", pois tantos os escravos de moradores como os recém-chegados que riam para as minas estavam falecendo e "*para sepultura de tantos corpos não ha cemitério bastante e ó que ha uma "couza" limitada ao pê do convento dos religiosos capuchos*", por isso o autor recomendou como local para assentar o sepulcrário fosse no "*poço do porteiro, indo para Nossa Senhora da Ajuda, por ser o único em que se podiam abrir sepulturas sem seja facilmente com água*", mencionando uma planta e o valor da obra a ser executada.

O interessante deste documento é a descrição também dos negros que além de carregar os corpos dos falecidos, já que no terreno perto do convento

[5] AHU Rio de Janeiro (Avulsos): AHU_ACL_CU_017, Cx. 8, D. 876.
[6] AHU Rio de Janeiro (Avulsos): AHU_ACL_CU_017, Cx. 12, Doc. 1391





e orçamento em
19

Capuchinho ninguém toma conta e os negros que carregam os copos são os cavam as covas, e provavelmente devido à lotação, as covas são rasas. Mas aqui percebemos o que acontecem em outras capitanias, a acusação de a culpa dos miasma são por causa do pouco cuidados dos escravos que fazem as covas e não pela lotação do recinto mortuário.

A dita planta (Figura 1) se encontra no acervo cartográfico do Arquivo Histórico Ultramarino, assinada pelo mestre de obras Manuel dos Reis Couto, na dita planta encontrasse a descrição do comprimento da obra e os materiais a serem utilizados:

> *Orçamento deste cemitério e os seguintes:*
> *Os dois alicerces traves faz seu comprimento [de] 98 palmos, e de alto faz 7*
> *e de grosso 4 que faz palmos- 2744*
> *As duas Paredes que vão em cima faz seus comprimentos 100, de alto 18, e de grosso 3, que fazem palmos- 5400*
> *Os dois alicerces do comprimento faz ambos 198, de alto 7, e de grosso 4, e fazem palmos-5544*
> *As duas paredes que fazem por cima do [...] seu comprimento. 212 palmos, de alto 18, de grosso 3 fazem palmos-11448*
> *Esses todos juntos fazem [a] soma de 25136 palmos, estes fazem braças 100:544- que o preço de 9 a braça, dando sua majestade a cal composto 904d890*
> *Reboque que [...] levam essas paredes*
> *Todos os reboques fazem palmos 11232, Palmos que fazem braças 112 e 32 palmos que apreço de 960 reis da braça em portão 10782702*
> *Por um portal que leva ade custar 50 reis*
> *Em porta este orçamento dado a sua majestade que Deus guarde a cal 10620723 Reis Lena de cal 30, muros este a 80500 fazem 255*
> *No centro da planta: Importa o orçamento desta obra ao todo um conto, trezentos e dezessete mil setecentos e vinte e três.*



Mas parece que a obra não foi para frente, pois do provedor da Fazenda do Rio, Bartolomeu de Sequeira Cordovil ao rei, em 1724[7], avisa que seria impossível fazer o orçamento da obra, pois faltava a planta da obra do dito campo santo.

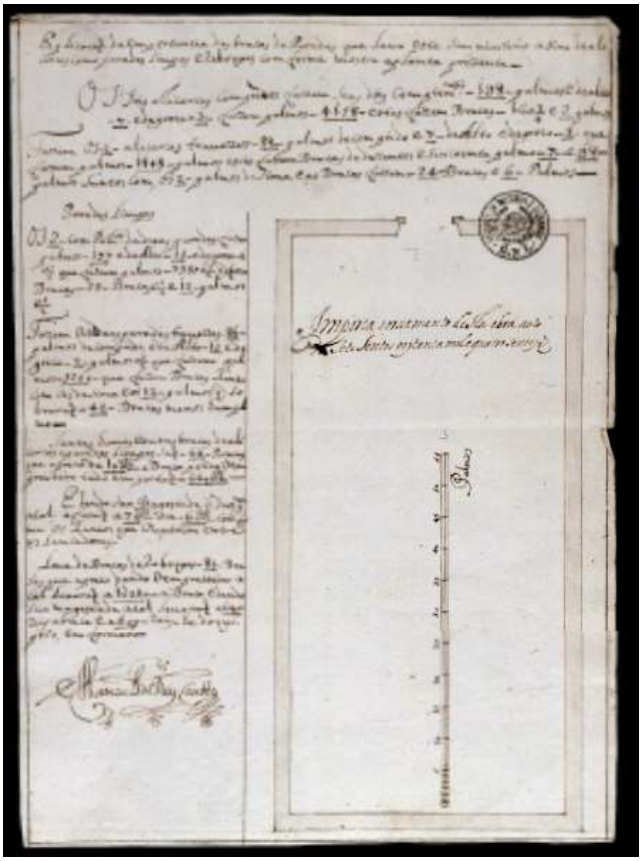


Figura 2: Planta do cemitério e orçamento em 1726. Fonte: LIMA; ROCHA. 2019

Em 1726, novamente a questão do cemitério para os escravos é mencionada, e desta vez além da carta de Bartolomeu de Sequeira[8], foram enviadas uma nova planta da dita obra, com o orçamento também feito novamente por Manuel dos Reis Couto em conjunto com outros mestres, depois deste período nada conseguimos localizar, mais com pesquisas mais aprofundadas poderá se saber mais sobre essa obra. A planta (figura 2) de 1726, conta com o seguinte enunciado:

> *Es[?] que lisenç da s[ua] majestade a importância das braças de paredes que leva este cemitério assim de alicerces como paredes limpas e reboques conforme mostra a planta presente*
>
> *Os dois alicerces compridos fazem seus dois comprimento 198 palmos e de alto 7 e de grosso 3 fazem palmos 4158, estes fazem braças 16 e ¾ e 2 palmos*
> *Fazem os dois alicerces traveses 88 palmos de comprimento e 7 de alto e de grosso 3, que fazem palmos, 1848 palmos estes fazem braças de duzentos e cinquenta palmo 7 e 98 palmos juntos com os 2 palmos de cima e as braças fazem 24 braças e 6 palmos*
> *Paredes limpas*

[7] AHU Rio de Janeiro (Avulsos): AHU_ACL_CU_017, Cx. 14, Doc. 1549
[8] AHU Rio de Janeiro (Avulsos): AHU_ACL_CU_017, Cx. 16, Doc. 1787



Os 2 comprimentos da duas paredes fazem palmos 197 e de alto 15 e de grosso, 2 e ½ que fazem palmos 7387 e ½ que fazem braças 29 braças ½ e 12 palmos 1/2
Fazem as duas paredes traveses 86 palmos de comprido e de alto 15 e de grosso 2 palmos e ½ que fazem braças junto com as de cima cos 12 palmos que 10 braças 42 braças menor [...]
Juntas uma com outras braças de alicerces e paredes limpas 66 braças que ao preço de 100 reis a braça pondo o empreiteiro tudo em portal 660 reis
E dando sua majestade que Deus guarde a cal a 7 reis o a 6 reis conforme os lanhos que rivevem entre os lanhadores
Leva de braças de reboques 85 braças que a[o] preço dando o empreiteiro a cal levaras a 10280- a braça e dando sua majestade e a cal levona a 640 reis a braça c[ust]a 500 reis (...)
No centro da planta: Importa o orçamento desta obra ao todo setecentos e oitenta mil e quatrocentas.

Não sabemos se a obra foi feita ou não, mas segundos os dados observados por Rodrigues (1997, p.70) e Pereira (2007), existiam um cemitério no pátio de Santa Rita, que funcionou até 1769, que depois foi transferido para a região do Valongo, no qual foi assentado o novo mercado de escravos, que segundo algumas crônicas, o cemitério eram vizinho próximo ao mercado, no qual os escravos poderia ver aquele campo funério.

É interessante mencionar, que no final do século XX e inicio do XXI, foram localizados vestígios de restos mortais abaixo de uma casa naquela localidade, com o passar dos anos, e o aumento das pesquisas arqueológicas na localidade foi possível comprova a existência do cemitério dos pretos novos do Valongo, que hoje, é um dos pontos mais importantes do Brasil e do mundo sobre a violência sofrida pelos africanos durante a diáspora africana.

2) Grão-Pará

Um exemplo desta definição na realidade pratica é encontrada em um ofício de 15 de setembro de 1777, feito pelo então bispo do Pará, D. Fr. João Evangelista



Pereira da Silva[9], no qual relata o grande numero de óbitos devido a uma epidemia de bexiga na cidade de Belém e a necessidade de se construir um cemitério nos arredores da cidade:

> Um cemitério na vizinhança desta cidade para se enterrarem os mortos, principalmente os índios e [os] escravos(...) porque já não havia nas igrejas sepulturas, que não estivessem cheias (...) que o mesmo senado mandaria logo cerca-lo com um muro de pedra e cal e fecha-lo com uma porta, cuja chave se entregaria ao coveiro com partido competente. (...) Logo que estivesse feita a dita obra mandaria benzer o cemitério na forma do ritual romano (...). Respondi, eu, ao dito procurador do conselho que não mandara benzer o tal cemitério sem ao menos o cercarem de paus a roda, por que de outra sorte irão os cães e as feras desenterrar os corpos para os comerem, entrarão os gados e pastos em cima(...)

O ofício descreve a opinião do então bispo com o governador, para que fosse feita uma cerca ou muro no dito cemitério, contudo o governador não faria tal obra e usando como defesa que o argumento que " *no Piauí ver muitos[cemitérios], sem estarem cercados, nem de paredes nem de madeira*" e assim o autor da carta acusa o governador de não buscar "*Nem a glória de Deus, nem de sua majestade, mas tão somente a sua própria glória, e continuou sua teima* " de não murar o cemitério e a carta termina ao relatar o descaso com o terreno e as profanações .

3) Bahia

Na Bahia, também existiu a necessidade da criação de cemitérios para se enterrar os escravos no séc. XVIII. Uma das fontes que indica isso é uma planta da cidade de Salvador elaborada pelo engenheiro João Massé em 1715, assinala um "*sitio em que se acha o cemitério prejudicialíssimo [síc] á cidade*" (Moreau, 2016, p.355)

Ao que parece os locais para construir os campos santos foram longe do perímetro urbano, na região de "fora de portas" (extramuros), pois segundo carta de junho de 1742, os enterros realizados no adro da Sé, em especial na frente da porta principal, estavam poluindo o ar não só da igreja como residências vizinhas com miasma, devido à falta de profundidade das covas escavadas pelos escravos, talvez por lotação do terreno, e pela perturbação causada pelos animais necrófagos no local.

[9] AHU-Pará: AHU_ACL_CU_013, Cx. 77, Doc. 6449



O arcebispo da Bahia, D. José Botelho de Matos, recomendou a construção do cemitério em um terreno fora da cidade, o religioso afirma que é "*necessário fabricasse um cemitério para neste se dar os corpos sepultura, o que sô se poderia praticar sem prejuízo no território em que esta situada a casa de pólvora indo mais para baixo junto ao flanco da trincheira, e caminho que vai da dita a casa do trem (...)*",provavelmente esse seja o cemitério do campo da pólvora, mencionado por Reis (2012, p.193-198)



No caso da Bahia dois estudos de casos sobre a morte entre os escravos são bastante importantes: O estudo realizado através da escavação na região na qual estava situada a Sé de Salvador, durante a escavação arqueológica, foi localizado enterramentos que trazia em seu enxoval funerário, preciosas informações sobre os cultos africanos e seu hibridismo com o catolicismo. O segundo caso é ainda mais intrigante, abaixo do quartel do corpo de bombeiros de Salvador, foi localizado diversos esqueletos e as fundações da Capela de N. S de Guadalupe, que foi demolida no século XIX e era um templo sob os cuidados da irmandade dos homens pardos de Nossa Senhora de Guadalupe.



Figura 3: Um enterro de um negro na Bahia, obra feita por Rugendas, como o próprio titulo do quadro menciona a temática que é o momento de um enterro de um escravo em um cemitério. A um detalhe curioso na imagem, no canto inferior direito, um menino leva em suas mãos, uma cruz para provavelmente demarcar o local da sepultura do morto, o que chama a atenção é o estilo da cruz, muito similar a cruzes utilizadas nos cemitérios da Europa desde a idade media. Fonte: REIS, 2012

Pernambuco: Uma babel a ser explorada

O caso de Pernambuco chega a ser um pouco mais complexo, pois diferentes das capitanias antes mencionadas, temos dados bem esparsos sobre alguns locais como, por exemplo, se na região do Recife existiu cemitério similar aos do Rio de Janeiro e Salvador, pois sabemos que no Recife antigo, existiram duas ruas denominadas “Da senzala velha” e “da senzala nova”, nas quais os negros recém-chegados eram colocados, para depois serem exposto no mercado de escravos da Rua da Cruz, antiga Rua dos Judeus e atual Rua do Bom Jesus.

O Cronista Mario Sette em uma obra intitulada “ossadas dos cinco pontas”, menciona a presença de um possível cemitério clandestino de escravos, próximo ao forte de São Tiago das Cinco Pontas, no Bairro de São José. O autor menciona que nos anos 40 do século passado, teria sido encontrados ossadas nesta região, que poderia ser de “escravos não batizados”, hoje pouco se sabe sobre o fim que teve tais ossos, mas tal apontamento deve ser levado em conta pelos arqueólogos.

Nos arrabaldes da capital de Pernambuco, descobertas arqueológicas vêm trazendo novos dados sobre os escravos que viviam nesta região, o trabalho realizado nas proximidades do museu da abolição na Avenida Caxangá, sob a supervisão de Marcos Albuquerque, evidenciou enterramentos de escravos bem próximos ao museu, que na realidade já foi à casa grande do Engenho Madalena, originário do século XVI. Diversos estudos mostraram dados importantes sobre os



remanescentes encontros, inclusive traumas nos ossos, afirmando no testemunho material a crueldade que os escravos sofriam.

Ao mencionar os engenhos, que não foram poucos em Pernambuco entre os séculos XVI ao XIX, devemos mencionar três casos específicos, que inclusive foram debatidos durante a apresentação deste trabalho no evento:

1) Cemitérios de Engenhos

Os engenhos são de forma bem reduzida, uma representação da sociedade colonial, tudo que se encontra nas cidades e vilas, os engenhos tem de forma reduzida, muitas vezes os fatores legais ficavam a cargo do senhor de engenho ou de quem o mesmo escolhia para executar tais ações, como feitores, capitães do mato e etc.

Contudo não é só isso que se limitar a ser uma miniatura das urbes, no engenho temos as construções, cada um sobre determinada função característica, tal qual existe nas vilas e cidades, sendo a casa grande o poder secular, similar ao palácio do rei, no qual todo o reio e construído a sua volta, desde a casa dos rendeiros até mesmo as senzalas. Abaixo dele as capelas e igrejas, como a representação do poder do clero; as construções da casa do feitor, o troco, representando os grupos que devem zelar pela ordem; a casa de purgar, a moenda e as plantações como a base do sistema econômico da matéria prima até o produto final e por ultimo e não menos importante, o local dos mortos.

Similar ao que acontece nas cidades, nos engenhos os locais dos mortos são hierarquizados, pois a parte interna da igreja, isso é a nave, altar e sacristia pertenciam aos senhores de engenhos, seus familiares e protegidos; ao redor do templo era dos rendeiros e os escravos batizados, inclusive algumas vezes possuindo ligações com irmandades ou confrarias, sejam dos homens negros ou dos pardos e os campos esmos, longe do solo santo, aos pagãos e criminosos.

Uma das mais famosas descrições de um cemitério de escravos em um engenho é feito por Joaquim Nabuco, em seu livro “minha formação”, no capitulo intitulado Massagana, o autor descreve sua visita após retorna a Pernambuco, afastado daquele sitio, no qual viveu parte de sua infância, Nabuco encontra-o abandonado e descreve tristemente:



> Tomei a visitar a capelinha de São Mateus onde minha madrinha, dona Ana Rosa Falcão de Carvalho, jaz na parede ao lado do altar, e pela pequena sacristia abandonada, penetrei no cercado onde eram enterrados os escravos...Cruzes (SOUTO MAIOR; SILVA, 1993: 201).

Trabalhos arqueológicos veem revelando esses campos santos, seguindo o padrão de *Ad Sanctos apud ecclesiam,* como podemos mencionar no engenho Jaguaribe, que está sendo escavado pela professora Claudia Alves em conjunto com a UFPE.

2) "Cemitérios" clandestinos

Aos apontamentos feitos pelos coordenadores do GT, colocamos esses locais, que muitas vezes nem devem ser cemitérios propriamente ditos, e sim, valas comuns ou locais de desova de corpos de escravos trazidos ilegalmente para o Brasil depois de 1831.

É interessante notar, que diversos ancoradouros menores podem ter sido utilizados como pontos de escoamento para abastecer engenhos que queria a mão de obra escrava, um exemplo disso é o famoso caso do desembarque em Sirinhaém.

3) Cemitérios dos lazaretos e leprosários

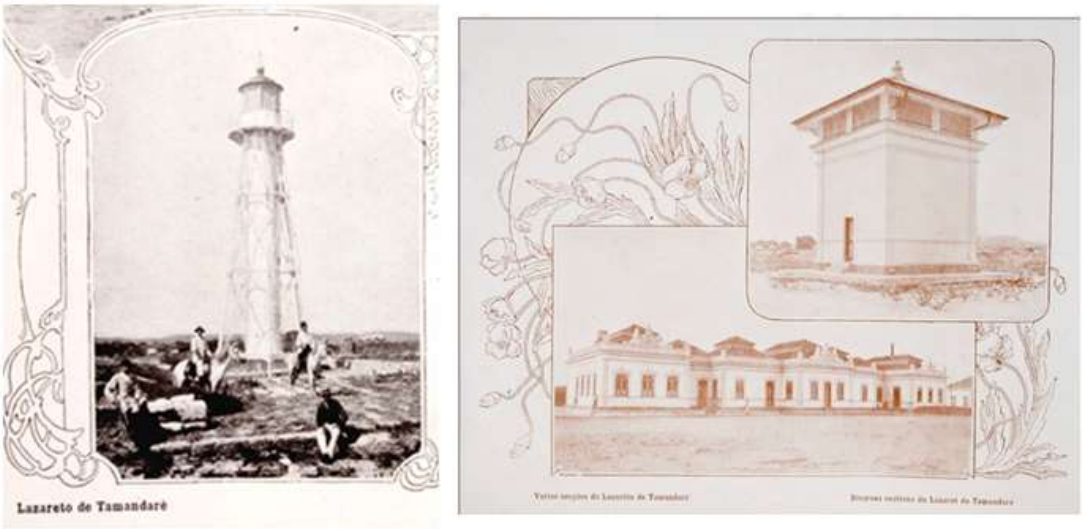
Os lazaretos e leprosários eram locais afastados do âmbito urbano ou próximo a uma distancia segura para a população, no qual eram levados os escravos e pessoas que possuíam alguma doença, para passar um período de quarentena, se os escravos fossem restabelecidos de sua saúde plena, ou algo próximo, os mesmo seriam transportados para os mercados de escravos e vendidos, já os que padeciam, eram sepultados em local próximo.

Apesar de diversos historiadores já terem em alguns estados (CASTRO, 2007) terem mapeado a localização de diversos destas instituições, as pesquisas arqueológicas nestes locais ainda não são muito conhecidas, o exemplo que possivelmente tenha ligação, como alguns arqueólogos apontaram, são os vestígios ósseos localizados no forte de Santo Inácio de Loyola, no município de Tamandaré, litoral sul do estado de Pernambuco.



No local funcionou um lazareto, como menciona Bertucci (2012, p.166-167), no qual ainda em 1895 estava em fase de construção, mas provavelmente funcionando, tal local funcionou até a primeira metade do século XX. Durante as escavações arqueológicas realizadas naquela localidade, devido o restauro da fortificação, foram encontrados esqueletos enterrados na parte interna da muralha. Hoje esses ossos estão sobre estudos bioarqueólogico na UFPE.(figura 4)

Figura 4: Imagens do Lazareto de Tamandaré, à esquerda, alguns pacientes sentados na muralha do forte, nas pı
Fonte



Considerações Finais

O assunto é muito abrangente e a cada dia são localizadas novas informações, nas mais diferentes ciências, e ajudando assim a construir um panorama para entender melhor o nosso passado. As informações aqui apresentadas devem ser aprofundadas pelos pesquisadores de cada região mencionada, pois somente assim conseguiremos entender como se comportou cada



ação mencionada, *a priore* a premissa inicial é apontar que não existe uma homogeneidade, mas singulares em cada local, em uns, com a escala maior já em outro em menor escala.

A temática da morte, como dito no inicio do trabalho é um dos mais interessantes que um pesquisador pode se debruçar, ainda mais ao estuda o que os ritos e registros sobre ela pode nos fornecer para identificar mais sobre as populações que cruzaram o atlântico sob as correntes da escravidão. Hoje acima de tudo estudar esse passado, valorizá-lo e divulgá-lo se tornou algo essencial para mostrarmos a história de nossa nação e das nações e pessoas que formaram ela, e esse trabalho não pode ser feito de forma solitária, devemos unir foças para conseguir trazer isso para a população.

Referências

BERTUCCI, L. M. Os paulistanos e as faces de medo diante a gripe espanhola. In. MONTEIRO, Y. N; CARNEIRO, M. L. T. (Org.). **As doenças e os medos sociais**. São Paulo: Editora Fap-Unifesp. 2012. p. 145-158

CASTRO, V. **Das igrejas ao cemitério: politicas públicas sobre a morte no Recife do século XIX**. Recife: FCCR. 2006

LIMA, I. P.; ROCHA, L.A. **Os férteis campos fúnebres da morte: A presença dos cemitérios na sociedade colonial entre os séculos XVII ao XIX** In. Anais do IV Encontro Nacional do Núcleo de Estudo do Mundo Atlântico/ III Encontro Nacional do Núcleo de Estudo de Impérios Colônias Recife. 2019. No prelo.

LIMA, I. P.; ROCHA, L.A. Entre o cemitério e o mar: os rituais funerários como indicador da resistência da cultura africana (1630-1870). In. **Anais do XII colóquio de história da Unicap**. Recife: UNICAP, 2019. p. 257-289

MONTEIRO, M. Álbum de Pernambuco. Lisboa: Officinas Typographicas do Annuario Commercial. 1913

MOREAU, Felipe Eduardo. **Arquitetura militar de Salvador: Séculos XVI ao XVIII.** São Paulo: Intermeios. 2016. 535 p.

PEREIRA, J. C. M. S. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond : IPHAN, 2007. 208p

REIS. J, J. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revoltar popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das letras, 2012. 400 p.

RODRIGUES, C. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1997.



SOUTO MAIOR, M ; SILVA, L. D. (org.) **A paisagem pernambucana**. Recife: Massagana. 1993

VIDE, S, M. **Constituições primeiras do arcebispado da Bahia.** São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1852